

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI

11/15

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 03 FEV. 2015

1º Secretário

SÚMULA: Insere no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Via Sacra Viva", realizada anualmente na Sexta Feira Santa, Município de Cascavel.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Via Sacra Viva", realizada anualmente na Sexta Feira Santa, Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2015.

PROFESSOR LEMOS

Deputado Estadual

17 260000 02-1506-11-20 000072 1/1

IMPRESSO EM 03/02/2015 11:00:00



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



JUSTIFICATIVA

A Via Sacra Viva se constitui numa encenação teatral da vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo.

Realizada anualmente na Sexta-Feira Santa como forma de evangelização de massa e também, como anúncio da palavra da cruz, este importante evento acontece todos os anos na Paróquia São Pedro, em Cascavel.

A encenação acontece todas às sextas-feiras Santas e conta com aproximadamente 300 pessoas voluntárias entre atores e figurantes, compostos por mulheres, homens e crianças.

Nos primeiros anos, a "Via Sacra Viva" era apresentada dentro da igreja, posteriormente, foi à frente da igreja, para as ruas e, dois anos depois, a realização retornou para o interior da igreja. Em 2001 surgiu a ideia de fazer no Fórum e, desde 2002, vem sendo apresentada no Estádio Olímpico.

A cada ano que se realiza esse evento, percebe-se que o público vem aumentando e na edição de 2014, reuniram cerca de 20 mil pessoas.

Pela importância religiosa e cultural para os munícipes e demais participantes, é que propomos o Projeto de Lei em tela, no sentido de inseri-lo no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 11/2015

Projeto de Lei nº. 11/2015

Autor: Deputado Professor Lemos.

Súmula: Insere no calendário oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Via Sacra Viva", realizada anualmente na Sexta-Feira Santa, Município de Cascavel.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ A VIA SACRA VIVA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Via Sacra Viva", realizada anualmente na sexta-feira santa, no Município de Cascavel.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ** verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da cultura nacional, e apolará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda contém todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

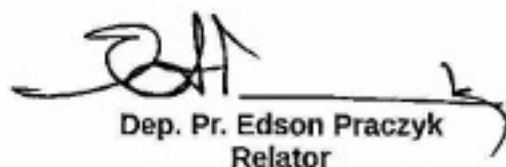


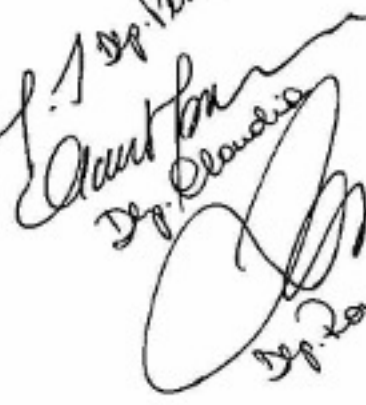
CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

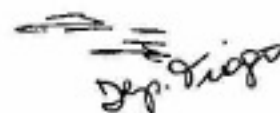
Sala das Comissões, 3 de Março de 2015.


Dep. Nelson Justus
Presidente


Dep. Pr. Edson Praczyk
Relator


Dep. L. 1

Dep. Claudio


Dep. Zourenildo


Dep. Diego

Francischini


Dep. Sampaio


Dep. Gilson

APROVADO
10.03.15 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 11/2015

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei 11/2015, passa a contar com a seguinte redação:


Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Via Sacra Viva", realizada anualmente na Sexta Feira Santa, no município de Cascavel.

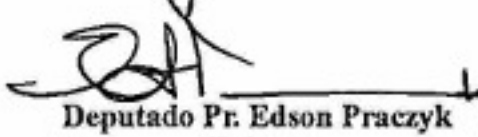
Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial a Via Sacra Viva, realizada anualmente na Sexta Feira Santa, no município de Cascavel.

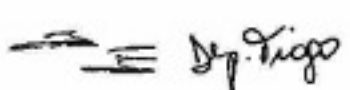
Art. 2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de março de 2015.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Pr. Edson Praczyk
Relator


Francischini





APROVADO

10.03.15



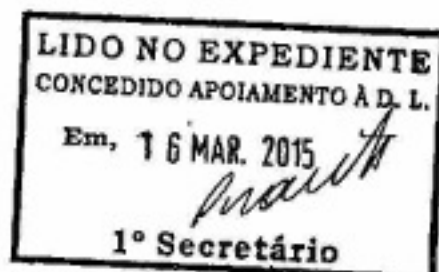
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 5/2015



Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de outubro de 2014.


ART. 1º.-

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003 de 15 de março de 2004, com as modificações previstas na Resolução nº. 003 de 13 de abril de 2009 e Atos da Mesa Executiva nºs. 1551/2013 e 1873/2013, referente ao mês de outubro de 2014.

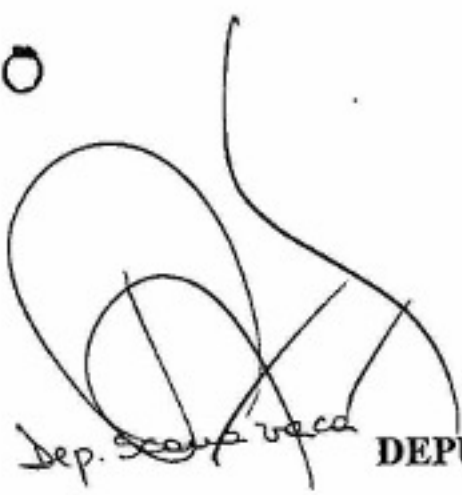
ART. 2º.-

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de março de 2015.


DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA
Relator


Dep. Sérgio Viced


Dep. Tião Medeiros


Dep. Francisco B. R. A.



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 001/2015-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de outubro de 2014, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009 e Atos da Comissão Executiva nºs. 1551/2013 e 1873/2013.

Examinada a matéria em epígrafe, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 11 de março de 2015

Dep. Sena Vaca

DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA
Relator

Dep. João Tadeios

Dep. Francisco Rusch

2015



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 9/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 MAR. 2015

[Assinatura]
1º Secretário

Aprova a prestação de contas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício de 2012.

ART. 1º. – Aprova a prestação contas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício de 2012.

ART. 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de março de 2015

[Assinatura]
DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

[Assinatura]
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator

[Assinatura]
Dep. Ricardo Afonso

[Assinatura]
Dep. Ricardo Afonso

[Assinatura]
Dep. Scahaver

14:37 16/03/2015 00:18:25 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 007/2015-CTC


Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a prestação de contas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, protocolada em 03 de fevereiro de 2015, sob nº. 000021/2015, relativas ao exercício de 2012, de responsabilidade do Excelentíssimo Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.

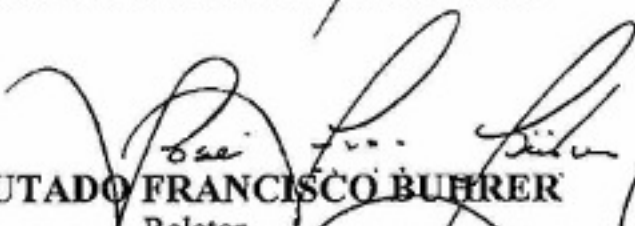
Após exame dos autos e dados eletrônicos apresentados, este Relator decidiu acatar o Acórdão nº. 3516/13 – Tribunal Pleno, do Douto Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinado pelos Senhores Conselheiros, Auditores e representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.


As contas apresentadas estão de conformidade com a escrituração contábil, a legitimidade, a exatidão e a fidedignidade da situação econômico-financeira do órgão, encontrando-se de acordo com a legislação pertinente ao exercício de 2012.

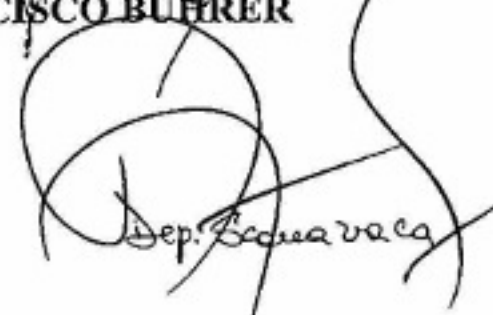
É o Parecer Favorável-Aprovado, para Projeto de Resolução.

Sala das Comissões em, 11 de março de 2015


DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator


Dep. Ricardo Almeida


Dep. Biquia Vaca